



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2019

Ata n.º 33

Aos vinte e quatro dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezasseis de Outubro, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emilia Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização da despesa prevista na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à proposta de aquisição de prédio misto sito em Vale Paraíso, Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, com área de 247 580 m², e de prédio urbano com ruína no mesmo sítio, com área de 42 692,5m², pelo valor de 1 250 000,00€;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta de celebração de um protocolo de colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP., no âmbito da criação de condições para a instalação de um polo de Formação no concelho, para os anos de 2020-2023;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta de celebração de um protocolo de cooperação com a Guarda Nacional Republicana, no âmbito da implementação e utilização de sistema de videovigilância no Município de Albufeira, para os anos de 2020-2023; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto nos artigos 33.º, n.º 1, alínea a) e 25.º, n.º 1, alínea b) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para estabelecimentos comerciais e de restauração ou bebidas, para os meses de novembro e dezembro de 2019 e janeiro e fevereiro de 2020;-----

PONTO CINCO: Tomada de conhecimento da " Proposta de Alterações ao Regulamento para Atribuição de Subsídio de Arrendamento do Município de Albufeira"



PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), Carlos Manuel da Conceição Oliveira (suplente PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emilia Bexiga Santos Rodrigues Sousa, Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Cabrita. -----

Faltas: João Silva e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Carlos Oliveira e João Cabrita.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. - Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Ivo Laranjo: "Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, caríssimos senhores deputados, só venho dar a conhecer que na Rua da Igreja Nova existe, vindo do lado de uma habitação, que não sei se está habitada, uma árvore que pende para o lado da escadaria. Pergunto se o proprietário já foi notificado ou não. Porque aquilo tem tendência em cair e já está a rachar o muro e torna-se perigoso para quem lá passa."-----

Presidente da Câmara: "Fica registado, a senhora vereadora Cláudia tomou conta da situação e vai verificar com os serviços a situação da perigosidade da árvore cair e notificar o proprietário, se ele não o fizer e se estiver em perigo com certeza que tem



de ser o município a fazê-lo e depois imputar as despesas do custo dessa tarefa ao proprietário.”-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: “Senhor presidente, caros deputados, boa noite, gostaria de levantar uma questão que foi discutida numa das últimas Assembleias Municipais e que levou a que fizéssemos uma visita ao Cerro da Águia, relativamente àquela pedra que caiu e que caiu sobre o edifício que está cá em baixo. Marcamos esta visita para segunda-feira, deslocamo-nos ao local, estive eu mais o membro Leonardo Paço do Partido Socialista e infelizmente mais ninguém compareceu. O que é que se constatou relativamente a esta situação? A verdade é que, trata-se de um projeto que não tinha qualquer plano de segurança e ativo, ou pelo menos as medidas de segurança eram manifestamente insuficientes. Os serviços atuaram em conformidade e tentaram solucionar o problema e suspenderam a obra até que esse plano de segurança fosse aceite pela Câmara Municipal e posteriormente implementado. Verificamos também que, o acidente decorreu devido a erro humano, ou seja, o manobrador de uma máquina ao manobrar a máquina fez deslocar esta pedra que veio a cair. O que se verifica, para além desta questão identificada é que talvez o problema não esteja aqui, é um problema bem mais complexo. Com o que me deparei foi que as construções naquele local são inúmeras e que tem trazido algumas deformações na rocha e no maciço rochoso, ou seja, a construção em massa de moradias naquela zona tem implicado, naturalmente, o escavar daquele maciço e tem trazido alguns problemas complexos. O mais grave disto é que falando com o engenheiro agora responsável pela segurança da obra, o mesmo referiu que, aquelas construções, não só aquela como uma série de outras estão em cima deste maciço rochoso que tem uma falha sísmica. É uma falha sísmica, segundo ele, dizendo que, a partir do grau quatro da escala de richter aquela falha pode efetivamente trazer problemas graves. Mas o que é facto é que, duas questões, a Proteção Civil tem pleno conhecimento desta situação, e mesmo assim, continua a dar-se licenças para se construir naquela zona. É uma situação que não se consegue perceber, um dia que haja, segundo o próprio engenheiro disse, ainda ontem houve um com três ponto oito na escala de richter. Isto quer dizer que, um dia destes,



surgindo um problema destes, ou havendo um abalo um pouco mais violento vamos ter ali uma derrocada tremenda e eventualmente problemas bem mais graves. Queria alertar a Câmara Municipal e os serviços, no sentido de, ou novas construções ou qualquer outro tipo de plano, de proteção, porque estamos a falar não de uma nem duas, mas de dezenas de casas que ali estão construídas e continuam a ser. Portanto, um dia destes, esperemos que não, pode haver um desmoronamento e de facto temos problemas bem mais graves do que a queda de uma pedra. Está dada a informação e é uma informação que é conveniente ser tida e ser feita alguma coisa, porque uma situação destas, tendo-se pleno conhecimento que estamos perante uma falha sísmica, é um bocadinho leviano estar a continuar a licenciar obras naquele local e não fazer nada, no sentido de fazer um plano de segurança para aquela zona que permita que havendo um problema destes possam ser minimizados os estragos e os danos."-----

Leonardo Paço: "Boa noite a todos, além disto que o Francisco acabou de referir, que eu constatei com ele, também à posteriori fui ver aquela estrada, da tal subida e realmente ali tem que se fazer alguma coisa, porque um bocadinho de humidade e não é possível sequer circular lá, porque não se consegue ir para cima, penso que haverá soluções. Queria também alertar para outro facto que é a estrada que vai da Churrasqueira Teodósio para o Algoz, logo a seguir à Churrasqueira Nunes, no passeio tem um buraco enorme. As pessoas de lá disseram-me que já contactaram a Câmara no sentido dessa reparação, mas na realidade até agora nada aconteceu. Queria deixar também esse alerta."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão levantada pelo Francisco Oliveira, é real, segundo consta que há realmente a falha sísmica e que pode aumentar a questão da perigosidade aquando um abalo sísmico. Isso é uma questão que se pode estudar, ver o que é que pode acontecer, mas pensaria eu que o próprio PDM quando entende fazer a classificação dos solos, deveria ter tido logo em conta esta falha sísmica que se fala há muito tempo, há muitos anos, não é nova. Deveria ter isso em conta e não haver possibilidade de haver construção em determinadas zonas de proteção dessa mesma falha. Isso começaria logo aí, embora, com esse alerta com certeza que deveremos ter alguma ação nesse sentido. Relativamente ao que o Leonardo Paço falou da curva do caminho que sobe do eixo viário, realmente aquela curva é difícil, já lá estive várias vezes. O engenheiro Batalha já lá esteve com um empreiteiro para ver a qual o melhor processo para resolver aquele problema, que não é fácil, mas obviamente



que há soluções. Há uns que entendem que é melhor arrancar calçada e depois meter o pavimento, há outros que entendem que é melhor meter o pavimento por cima da calçada, vai-se estudar essa situação. Obviamente que sendo aquela pedra calcária tem o problema eterno, que é o facto de estar lisa, o tempo de uso vai aumentando e pior é, admito que com uma pequena humidade aquilo já será muito difícil atravessar aquela curva. Isso está em rota de resolução. Relativamente à estrada do Algoz, a estrada que vai da N125 até ao limite do concelho, direcção ao Algoz, já está adjudicado para a requalificação, pavimentação e alguns passeios, no entanto vou mandar ver a questão do buraco. O engenheiro Batalha já registou o assunto e amanhã já vai verificar o problema e resolver."-----

Francisco Oliveira: "Não temos tido conhecimento da situação, de como está o PDM, mas seria muito importante o novo PDM implementar regras e estudos geológicos para aquela zona, uma vez que o senhor Presidente referiu que o antigo assim não o faria, portanto, se calhar estamos em momento de aquando da discussão, que pelos vistos há uma proposta mas ainda não está definida, incluir esse tipo de estudos para que se evite ou se consiga fazer o tal plano de segurança."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, nem LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, o Presidente da Assembleia deu início ao período da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização da despesa prevista na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à proposta de aquisição de prédio misto sito em Vale Paraíso, Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, com área de 247 580 m², e de prédio urbano com ruína no mesmo sítio, com área de 42 692,5m², pelo valor de 1 250 000,00€; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Sobre este ponto gostaria de focar na questão do planeamento territorial, porque o que estamos aqui a apreciar é a aquisição de um prédio rustico e urbano, tem as duas componentes, misto, mas, que, segundo o que me é possível interpretar nas plantas, está para além do plano de urbanização da cidade de Albufeira, isto é, está numa zona de expansão urbana futura, não presente, porque no



atual, nos instrumentos de gestão territorial não está como zona urbana, e essa é uma primeira questão que merece ser clarificada, se assim é. Isto é, na revisão do PDM, porque é o plano superior que está em revisão, se vai incorporar esta zona em zona urbana. E se sim, é uma área significativa, se esta área ao ser incorporada está a ser de forma equilibrada com outras expansões ou não, não é muito relevante aqui, para a questão de tirar mérito ou não à aquisição, mas é uma questão que vale a pena ficar desde já clarificada, face a esta área significativa que está a ser incorporada como futura zona urbana. Esta questão, acho que é premente ao nível do planeamento territorial e até tem um pouco de ligação a algumas abordagens que já aqui fizemos e que acabou de ser feita no ponto anterior, que é exatamente a questão da já elevada longevidade do PDM em vigor. Estamos a falar de um PDM de noventa e cinco, onde tudo era diferente da realidade de hoje, dos instrumentos legais à realidade urbana, aos desafios sociais, tudo era diferente. E estamos com esse instrumento ainda em vigor. Estamos com este instrumento em vigor e sem uma perspetiva de futuro de quando é que o futuro PDM entra em vigor e não estamos de forma preventiva a atuar. Este processo é mais uma vez um testemunho disso e é evidente em dois pontos. Primeiro ponto, numa operação urbanística aprovada em dois mil e dezassete que vai valorizar o terreno que agora vamos comprar, com um aditamento em dois mil e dezoito que vai valorizar o terreno que agora vamos comprar. Essa questão é extremamente importante aflorá-la, porque isso torna toda a gestão territorial de âmbito municipal muito mais difícil, muito mais cara, onerosa, porque, vamos comprara terrenos com operações urbanísticas aprovadas de valor acrescentado. Neste caso estamos a falar da compra de um terreno, com hotel aprovado, com parque de campismo aprovado. Obviamente, comprar um terreno com uma operação urbanística aprovada é diferente de comprar só uma ruína por si só, e isso está demonstrado no relatório de avaliação. O relatório de avaliação para além da avaliação da ruína avalia as operações, a expectativa que está criada e formalizada em pedido de informação prévia pelo município. Acho que esse aspeto deve ser acautelado rapidamente, porque se vai colocar em todos os domínios e podemos meter outra vez um que acabamos de falar há pouco tempo, em Assembleias passadas, um futuro parque de estacionamento em Albufeira. Se deixarmos as operações todas surgirem, quando pretenderem comprar esse terreno ele não vai ser outra vez um terreno barato ou de fácil aquisição, porque já tem uma operação urbanística aprovada. Acho que os mecanismos preventivos



existentes permitem evitar esta matéria e é urgente que esses mecanismos preventivos sejam adotados porque, caso não sejam teremos exatamente maior ónus para o município no planeamento territorial.”-----

Francisco Oliveira: “Gostaria de colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara, se puder responder, relativamente a estes dois prédios. Em dois mil e dezoito, segundo informação que temos, este segundo prédio foi avaliado em cinquenta e cinco mil euros, e agora aparece aqui na avaliação por cerca de quatrocentos e setenta mil euros, a razão pela qual houve uma primeira avaliação e depois uma segunda por valor tão elevado! Por outro lado, na proposta que juntam com o ponto da ordem de trabalhos, refere-se que se trata de dois prédios de grandes dimensões com trezentos mil metros quadrados, que confrontam com os limites atuais da cidade e que inevitavelmente serão zona de expansão da mesma. A pergunta que faço é se o Presidente tem já noção de que isto vai caber no próximo PDM e se já há aprovação nesse sentido, porque sabemos nós que a CCDR e outras entidades estão a limitar consideravelmente aquilo que são zonas de expansão urbanas. Poderemos estar aqui a tentar adquirir um bem que eventualmente possa não vir a poder resolver o problema que temos aqui, que é das feiras e dos mercados. Que é sem dúvida alguma o motivo que leva a adquirir este bem. Por outro lado, já é uma solicitação nossa, que fique a constar que desta aprovação estes terrenos devem ser para parque de feiras e exposições e outros equipamentos públicos ao ar livre. É esta a proposta e deverá ser nesse sentido que eles deverão ser prosseguidos. É com essa condição que nós também aprovaremos esta aquisição, porque efetivamente é para esse efeito e deverá ser nesse sentido. Mas gostaria dessa informação por parte do senhor Presidente, relativamente a esta questão. Já agora, porque fiquei com a informação que se estava a falar de prédios do banco, do Millennium, portanto, se há alguma entidade que seja mediadora e qual é a entidade mediadora?”-----

Presidente da Câmara: “Relativamente à questão do PDM não estar ainda em vigor, é uma realidade indesmentível e indiscutível, mas também não sei, dos dezasseis municípios do Algarve qual é o que está em vigor, que me lembre, aliás tenho a certeza que não está nenhum alterado, se calhar o processo está mais atrasado na maior parte dos municípios que está no município de Albufeira. Embora aqui não esteja nada adiantado, como é óbvio. Relativamente às questões levantadas pelo Francisco Oliveira e tendo em conta a alteração de PDM que se avizinha, com certeza que um dos



objetivos principais será um parque de feiras e exposições, com certeza que a Câmara não irá construir lá nenhum hotel. Se o dono anterior tinha uma perspetiva de construção de um estabelecimento hoteleiro ou de um parque de campismo, pois a Câmara não tem essa missão de construir hotéis. Isso está completamente fora de causa. A Câmara poderá construir equipamentos de índole económico, de índole social, de índole cultural, desportivo, uma série de equipamentos de uso público. Com certeza que não é valorizar o terreno para depois vender, não, é para todos utilizarem. Quanto à questão do banco, é realmente o banco Millennium e tem uma mediadora que não conheço, houve contactos, sediada em Lisboa que é "Carpe Domus", é o que sei dos contactos que tenho feito com o Millennium e com esta imobiliária."-----

Francisco Oliveira: "A questão era só, se o senhor Presidente pudesse dar uma informação, pela razão pela qual o terreno foi avaliado em cinquenta e cinco mil euros em dois mil e dezoito e depois passou a ser avaliado em quatrocentos e setenta e dois mil agora pela senhora avaliadora, que refiro, tem sido a avaliadora de todos os prédios que a Câmara tem adquirido. Portanto, não haver aqui uma situação de recorrer a outros profissionais, é só um à parte."-----

Presidente da Câmara: "Esta avaliadora é uma avaliadora certificada, que está a colaborar e a prestar serviços para o município, após um processo de concurso público. Não posso estar a recusar uma pessoa que concorreu no concurso público, embora seja ela que já vinha do procedimento anterior, da prestação de serviços anterior e continua agora. Não posso negar essa situação, não temos dois avaliadores, temos só uma pessoa que é avaliadora, uma senhora engenheira que foi contratada como resultado de um concurso público aberto para o efeito. Quanto ao resto, é a avaliação dela, que está um bocadinho até acima do valor que o banco pede e o valor que está proposto para aquisição é o valor que o banco pede."-----

Francisco Oliveira: "A informação que tenho e posso estar errado é que não foi concurso público, foi convite a três entidades e que uma delas teria respondido e as outras duas não. Mas de qualquer das maneiras foi feito por via, penso que não foi concurso público, teria sido por convite."-----

Presidente da Câmara: "Penso que foi por concurso, mas vou verificar. Não houve só uma que não respondeu, a não ter sido por concurso público foram dois que responderam. Havia uma pessoa de Lisboa e esta pessoa que é daqui de perto, de Armação ou Silves. Houve dois, de certeza absoluta."-----



Pedro Coelho: "Senhor Presidente tenho de retomar á questão das abordagens ao ordenamento de território, sei que o Presidente faz sempre essa comparação, vamos separar em duas questões. Primeira questão da comparação, já o fez em Assembleias anteriores e também já tive a oportunidade de esclarecer, de informar que há boas práticas, no Algarve em vários domínios nessa matéria e também, volto-lhe a perguntar em que fase estamos no nosso PDM. Porque nós aqui não sabemos em que fase estamos. Estaremos no diagnóstico? Estaremos na fase de plano? Estaremos na fase de proposta? Não sei, nunca nos foi apresentado nada, não sei. Segunda questão, os mecanismos preventivos. Em discussão de orçamento que está agora em vigor, o senhor Presidente apresentava um valor de elevada monta na aquisição de prédios, urbanos e rústicos. Julgo que era à volta de sete milhões nas contas todas das aquisições que previa ao nível das GOP. E, já na altura abordamos nesta Assembleia, que essa questão devia ser suportada por planos e não precisa de ser o PDM, pode ser outros mecanismos, pode ser IGT's inferiores, Plano Pormenor, Plano de Urbanização ou mecanismos preventivos. Essa questão é relevante porque, onde é que vamos fazer o parque de estacionamento em Albufeira? Onde é que vamos fazer as áreas verdes? Onde é que vamos comprar o terreno para o pavilhão que previa para a zona industrial, para o Quartel dos Bombeiros? Para não falar já dos outros que passaram por aqui. Esses estavam previstos, ainda não discutimos aqui em sede concreta das aquisições. Se isto não é feito ao nível do Planeamento os valores vão ser elevadíssimos e as dificuldades, não só os valores, porque há outra questão de coerência urbana, os locais onde as infraestruturas vão ficar podem ser inadequados. Tanto nesses equipamentos de serviços, por exemplo os Bombeiros, mas também ao nível dos espaços verdes. Os espaços verdes têm de ter uma coerência como também já se abordaram aqui em várias Assembleias, a questão do anel verde, a questão de uma conectividade entre os espaços verdes. Se isto não é feito nesse nível e as aquisições não obedecem a esse plano e não se consegue ter mecanismos preventivos para evitar a especulação desses territórios, nunca se vai construir nada de espaços verdes que constituam um objeto de valorização para a Cidade e para o concelho. É isso que me preocupa e é isso que gostaria que comenta-se, porque é exatamente isso que eu estava a focar. Não estava a focar exatamente, que se não fizermos dessa forma não sei como é que vamos conseguir ter coerência no território". -----



Francisco Oliveira: " Só para alertar a questão que eu referi há pouco, de que, quando se diz aqui na proposta e volto a referir, inevitavelmente serão zona da expansão da mesma, dotar a cidade, é que é conveniente ter essa confirmação ou pelo menos ter essa ideia para que a aquisição do terreno depois não fique frustrada para a implementação daquilo que a Câmara Municipal pretende. E portanto vou reforçar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente com a condição de que se trate de dotar a cidade com um parque de feiras e exposições e outros equipamentos públicos ao ar livre, conforme aqui vem referido na proposta. E é nesse sentido". -----

Gaspar Meirinho: " Boa Noite a todos. Eu só não entendi o porquê de ter que haver um vínculo a essa questão e porque é que aquele espaço se for possível, e tem sido uma questão inclusivamente que tem sido levantada pela bancada do PS. Se se poder construir naquele local por exemplo: habitação social, porque é que devemos estar a limitar a uma construção específica? É tudo, obrigado". -----

Francisco Oliveira: "É só porque vem na proposta. A proposta que é feita e que vai ser aprovada nesses termos. É o que vem no número quatro, se o Senhor Deputado leu a proposta, diz que: *dotar a cidade com parque de feiras e exposições e outros equipamentos públicos ao ar livre*. É isto, só estou pura e simplesmente e referir e realçar aquilo que é a informação da proposta. Nada mais". -----

Gaspar Meirinho: "Mas o que lá consta, e eu li a proposta, é exatamente isso. É uma informação daquilo que é uma aspiração para a cidade, agora isso não invalida que se possa vir no futuro a construir outra coisa, se houver uma necessidade premente e mais premente até do que parque de feiras e exposições. É só isso. Porquê haver esta criação de vincúlismo a essa situação específica?" -----

Presidente da Câmara: "relativamente à questão dos espaços verdes, parque de estacionamento, terreno para os Bombeiros, isso está devidamente perspetivado em alguns aspetos, uns mais que outros, mas existe uma perspetiva para os parques de estacionamento, existe uma perspetiva para o local onde vão ser os Bombeiros. Está mais ou menos bem identificada. Quanto aos espaços verdes estamos à procura de localizações para que eles aconteçam e alguns deles já estão identificados e está em andamento essa mesma negociação. Relativamente á questão se é um espaço de feiras e mercados ou se é para feiras e exposições ou outra coisa qualquer, o terreno com esta dimensão até poderá servir para diversas coisas, inclusivamente isso e outras



coisas. As necessidades é que ditaram aquilo que em determinada altura se irá lá fazer. Uma coisa é certa, o objetivo principal, neste momento, é sem dúvida e a perspetiva que tem é um parque de feiras e exposições, que Albufeira não tem. Isso não há dúvida, agora, que pode conter outras coisas, pode conter habitação social, por exemplo, ou conter um pavilhão desportivo, um pavilhão multiusos, por exemplo."-----

Presidente da Assembleia: "Só queria chamar a atenção porque depois acabamos por nos perder um pouco naquilo que é o conteúdo do ponto. Fui à procura no regimento, porque às vezes a memória também já me vai falhando, e dizer aos senhores membros da Assembleia que no artigo vinte e sete nós podemos, o Presidente da Assembleia, as comissões permanentes, eventuais e os grupos municipais podem propor à mesa a realização de debates temáticos. São todos livres de propor. Que não se transforme os pontos em discussão em debates temáticos. Portanto, só uma chamada de atenção, para nos concentrarmos efetivamente naquilo que é o ponto da ordem do dia para ser mais fácil a discussão."-----

Francisco Oliveira: "A questão é exatamente essa, quer dizer, todos os pontos que vamos debater ou deliberar podem ser questões temáticas relativamente a todo o município. Cada vez que debatemos um ponto temos de o debater nessa medida. O que acontece é que se há aquisição de imóveis, como houve anteriormente, a de um parque de estacionamento, a de um edifício para os serviços sociais, agora deste terreno, tem que haver um objetivo para a aquisição do mesmo. Ou vai se adquirir e depois logo se pensa naquilo que se vai fazer? É portanto esta a perspetiva. Por isso, como se faz uma proposta e no âmbito da proposta referem que ela é dedicada ou que tem como objetivo dotar a cidade disto, parece-nos perfeitamente razoável. Se se compram terrenos para depois mais tarde, consoante os planos a gente ir ver o que é que se vai fazer, e por estar aqui é que nós efetivamente aprovamos com essa condição. E mantemos."-----

Adriano Ferrão: "Boa noite, primeiro quero congratular-me porque acho que a compra destes dois prédios que são uma mais-valia para o concelho e são uma mais-valia para a cidade de Albufeira, em particular. Depois, a justa posição, ou seja, a contiguidade que este terreno tem em relação a Albufeira coloca-o estrategicamente, em termos geográficos, numa posição ideal para que lá contenha os serviços propostos e plasmados aqui na pretensão que aqui está, de acordo com o tal ponto quatro. Mas como dizia Luis de Camões, "mudam-se os tempos, mudam-se as vontades", as situações



políticas, sociais, económicas alteram-se e realmente um terreno que tem trezentos mil metros quadrados, que já é raro encontrar no nosso concelho terrenos desta dimensão e passíveis de lá serem instalados equipamentos e outros, me parece muito plausível que, em caso de crise em termos urbanos de habitação que possa também vir, uma parte dele a ser utilizado neste domínio. Claro que ainda haverá outras situações que se possam colocar e que agora aqui não emergem, mas que possam ser instaladas naquele espaço, que é devidamente grande. Me parece até que para um parque só, para aquilo que aqui está até me parece ser grande demais. Porque conheço poucos parques com uma dimensão daquela.”-----

Fernando Cabrita: “Porquê que não se vincula ainda um pouco mais a outras finalidades desde que elas tenham um relevante interesse público municipal? Porque podem surgir outras situações, de facto. Não fica aí referido, embora o senhor Presidente da Câmara tenha referido, que se possa utilizar parte do terreno para um novo quartel dos Bombeiros, por exemplo, porque este já está um pouco apertado, dentro das malhas urbanas da cidade. Ou mesmo a tal habitação social, pode ser importante, dentro de algum tempo e que neste momento não se desenha ainda, mas que pode vir a ser. Ou talvez uma outra coisa, desde que tenha efetivamente relevo e importância para o futuro desenvolvimento do concelho. Não deixam de ser intenções sérias e importantes para que o município fique proprietário de terrenos que possam amanhã serem soluções. Para não acontecer como acontece por exemplo com o centro de saúde, que começou pequenino e pequenino foi crescendo e não passa de ser pequeno. Pode amanhã, até, se um dia se fizer o hospital do Algarve, estamos a quarenta quilómetros ou nem tanto, do sítio onde está já planeado. Mas também pode ser que o centro de saúde possa ser uma coisa melhorzinha, que parece uma casa de bonecas como está hoje, de facto não dá para as soluções da cidade, sobretudo em períodos de festival, em que somos invadidos por dezenas de milhares de turistas, para além dos habitantes normais que aqui moram. Talvez se pudesse amplificar e conciliar um pouco isso, desde que as coisas tenham um ar sério e importante de se prevenir para o futuro. Que é isso que interessa, no final de contas estamos a tentar salvaguardar o município para o futuro, não deixando esgotar os terrenos, para amanhã, quando precisarmos de alguma coisa importante, porque não há como ou porque é inatingível o preço. Era isso que queria sugerir.”-----



Pedro Coelho: "Percebo que o Presidente tem que reger a Assembleia e cumprir o regimento, mas a discussão que está aqui a acontecer evidencia exatamente que temos de ir para além do ponto, e quando estamos a falar de planeamento territorial, porque acho que foi transversal às bancadas a suas sugestões e as inquietações sobre as funcionalidades daquele terreno. Essas funcionalidades discutem-se ao nível do plano. É só isso que queria vincar, que é exatamente a inexistência de um plano faz, no momento da aquisição a necessidade de discutir as funções."-----

Adriano Ferrão: "Só um pequeno reparo ao discurso do nosso deputado da bancada do PS, partilhamos aqui realmente algumas opiniões que talvez possamos alargar mais este espectro de instalações, equipamentos e outros, naquele terreno, contudo não estamos inquietos, não é transversal às bancadas a inquietação. São palavras do senhor deputado, é só para realçar isto."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite, já que estamos numa questão de sugestões, já agora fazia a minha que era um centro de estágio municipal, onde pudéssemos acolher atletas. No Algarve há muito poucos, um espaço daqueles tão grande, em termos desportivos poder-se-ia tirar algum proveito disso. Depois, fala-se do tão famoso parque de passeio, onde possamos passear as crianças, as famílias, com uma área daquelas podemos também fazer uma área de lazer, além do centro de feiras e exposições, poderemos daquele espaço fazer isso. Mas eu penso que era pertinente a Câmara pensar em fazer um centro de estágio, no concelho já temos muitos clubes a trabalhar e em campeonatos nacionais, em que todas as semanas se deslocam cá equipas de fora, como há na Golegã, como em Vila Real de Santo António e em vários sítios, centros de estágio, onde as equipas podem ficar acolhidas. Sendo centro de estágio municipal os preços são mais económicos. Albufeira tem vindo a crescer e em termos desportivos temos visto, ainda o ano passado vimos vários clubes a serem homenageados pela Câmara, pelos resultados que têm. Se estão em campeonatos nacionais quer dizer que têm que vi cá equipas de fora. Eu acho que era bom o município ir já pensando nisso e darmos um passo em frente neste aspeto desportivo, que era muito bom para as outras equipas e muito bom para o concelho. Uma vez que temos uma área tão grande podemos fazer o tal parque para merendas, o parque grande para passearmos e podemos fazer também o tal centro desportivo."-----

Presidente da Câmara: "Há pouco disse várias hipóteses, o tamanho é tão grande, que para além do parque de feiras e exposições, que é da área económica, mas também



pode ser para efeitos de equipamentos educativos, de equipamentos sociais, nomeadamente habitação social, para efeitos culturais, desportivos, pode ser para uma série de coisas. Estar agora a definir e a agarrar uma situação, é que pode ser para tanta coisa, dentro destas áreas que falei. Penso que era o suficiente estar isso assim escrito dessa forma."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Miguel Pinheiro e Vera Belchior. -----

Votos a favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta de celebração de um protocolo de colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP., no âmbito da criação de condições para a instalação de um polo de Formação no concelho, para os anos de 2020-2023;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Em face desta proposta de celebração do protocolo, ocorreu uma situação, que eu tive oportunidade de falar com o IEFP e com a Junta de Freguesia de Ferreiras. O que acontece é que a Junta de Freguesia de Ferreiras tem limite com estes armazéns ou com estes prédios a adquirir. Uma das propostas que seria feita e que foi aceite pelo IEFP era de que poderiam, eventualmente, conceder ali um espaço para a Junta de Freguesia de Ferreiras alargar as suas áreas, porque efetivamente já são reduzidas e aquele espaço da Junta de Freguesia não é condigno. Falando com os



responsáveis do IEF, eles estariam disponíveis, falei também com a Câmara Municipal e o entendimento foi e agora gostaria aqui de realçar, o senhor Presidente nisso comprometeu-se, de que qualquer acrescento àquele espaço da Junta de Freguesia de Ferreiras não seria o ideal. Portanto, a posição do senhor Presidente e da Câmara Municipal é de que pretendem de raiz construir um espaço para a Junta de Freguesia de Ferreiras, como também para a Junta de Freguesia da Guia. Portanto, nessa perspectiva, quer o protocolo que está neste momento para ser aprovado, será aprovado sem qualquer alteração, mas com esta garantia dada pelo senhor Presidente e que nós gostaríamos, pelo menos de ter uma ideia, não agora, naturalmente, mas pelo menos até ao final deste mandato, que o senhor Presidente nos pudesse dar, quer no que diz respeito à Guia, quer no que diz respeito a Ferreiras uma possível solução para posterior construção ou eventualmente utilização de outras áreas para estas Juntas de Freguesia."-----

Pedro Coelho: "Sobre o protocolo gostaria de abordar a questão das áreas temáticas que ele vai versar. Não sei se foi o município que fez a avaliação das carências de formação profissional, se foi o IEF que sugeriu, mas a sugestão, que coloco a discussão é se não poderíamos alargar, se calhar não neste protocolo, para não colocar nenhuma objeção à implementação do mesmo, mas na evolução do mesmo, por ventura em aditamento, estender para outras áreas profissionais. Aqui a área que acho que poderia ser abordada era a construção, isto é, Albufeira nas últimas duas décadas cresceu muito, a construção teve um setor muito dinâmico no concelho, continuará a ter face às características do concelho, há áreas significativas para reabilitar. Há mão-de-obra que se instala no concelho, mas essa mão-de-obra também não é qualificada nesse âmbito. Até o próprio município, pelo Presidente, já esclareceu várias vezes a dificuldade em contratar canalizadores, eletricitas, etc, mão-de-obra operacional especializada. Acho que existindo um polo de formação de mão-de-obra especializada nessas áreas de construção em Albufeira era uma vantagem, tanto para os operadores económicos dessa área que existem com algum significado no concelho, criar-se-ia um cluster complementar ao turismo, neste território e até, ligando à questão da hotelaria, dotaríamos a hotelaria de mão-de-obra especializada nestas áreas da manutenção, que aqui aparece uma oficina de manutenção no protocolo, mas acho que teria de ter outras especialidades para ser muito mais robusto nessa matéria



e julgo que deveria ser considerada essa extensão da qualificação da mão-de-obra do setor de hotelaria para o sector da construção."-----

Adriano Ferrão: "Queria só realçar que diz no ponto quatro, que o projeto inicial terá por inicial o projeto inicial, não é projeto definitivo, terá por referência o quadro abaixo, sem prejuízo de poder ser alterado, no sentido de se introduzir maior flexibilidade e polivalência aos domínios, modalidades e espaços formativos. De modo que, está em aberto, a seu tempo e conforme as necessidades, este plano de formação pedagógico será ajustado às necessidades que se vão colocando à própria cidade e ao mundo do trabalho."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Relativamente à Freguesia de Ferreiras gostava desde já agradecer as obras que a Câmara está a fazer na Junta, estão já há quinze dias com as obras, os serviços também podem constatar e constatarem logo, que eu já tinha alertado a Câmara desde que fui para lá, que precisávamos de um espaço um bocadinho maior, em certas áreas que não tínhamos. Tinha sugerido, uma vez que ia haver as obras do IEFP e que são paredes com paredes e sendo tudo da Câmara, para ampliarmos logo a Junta. Mas penso que a solução passa pelo que o senhor Presidente disse, pelo que ouvi da boca do Francisco Oliveira, penso que a solução passa por aí. Fazer um edifício de raiz, com as condições todas, que acho que é uma coisa que fica mais condigna e melhor. Para já, se pudessem fazer lá os tais três ou quatro gabinetes, aquilo resolvia a situação, não é possível, conseguimos perceber isso. Conseguimos perceber também o entendimento da Câmara, que penso que podiam fazer um edificio de raiz, com cabeça, tronco e membros, ficar uma coisa como deve de ser e sabemos que vai haver naquela zona uma grande implementação, desde o parque industrial a outras áreas, acho que fica bem uma Junta nova, pelo menos fica logo com as condições todas de funcionamento. Aí acho que a Câmara tem bom entendimento, o projeto que há para lá é sempre um bom projeto, é sempre mais um equipamento que vai para a freguesia e é uma coisa que faz falta ao concelho, não é só à freguesia. O IEFP já nos tinha solicitado, nós temos lá duas salas de formação, na próxima semana vai começar um curso de português, numa dessas salas. Já tinha alertado a Câmara também para isso, somos solicitados por várias entidades para aquelas salas, para formação, como podem constatar, se passarem por lá as salas estão praticamente sempre ocupadas. Agora não estão porque estamos em obras, que a Câmara está a remodelar o chão, que não estava em condições. Vê-se que é uma



preocupação que o município tem com a freguesia e uma vez mais, congratulo-me sabendo que irei ter uma freguesia nova, já não vai ser do meu tempo, mas pronto, que os Ferreirenses irão ter condições. Desde já o meu obrigado."-----

Francisco Oliveira: "Gostaria de realçar, face àquilo que é e que foi aprovado no ponto um, a aquisição de um terreno para infraestruturas que vão ser construídas e definidas em função daquilo que for necessário, para aquilo que é a necessidade de edifícios que neste momento estão a funcionar sem condições e que haja também a necessidade de reformular esses edifícios e que eles sejam construídos de raiz e com as condições necessárias. Se se gasta um milhão duzentos e cinquenta mil para posteriormente se fazer as infraestruturas necessárias de algo que seja necessário ao concelho, parece-me que é também de olhar para os edifícios existentes, que são as Juntas de Freguesia para que os fregueses tenham, efetivamente, melhores serviços e condições."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão do protocolo, é uma realidade e é um aspeto extremamente importantíssimo para o concelho de Albufeira, ter no seu território um equipamento deste tipo, em colaboração com o IEFP. Relativamente à questão dos custos e dos ensinamentos que vão ser lá ministrados, com certeza que na altura própria ir-se-á delinear qual será o projeto pedagógico daquelas instalações. Não só, com certeza que irão auscultar a Câmara, não diria tanto a construção civil, diria mais da manutenção de algumas áreas, acho que é muito importante, porque Albufeira para além daquilo que se constrói é também aquilo que se tem de conservar e manter, que é tão ou mais importante que aquilo que se constrói. É por isso a dificuldade que se encontra, não há canalizadores, não há eletricitas, não há ladrilhadores, para fazer alguns trabalhos de manutenção e de construção também, claro. Isso a seu tempo, com certeza que vai ser discutido. Agora interessa realmente aprovar esse protocolo e estabelecê-lo e assina-lo entre as partes, para ver se os tempos começam a contar. Relativamente à questão dos edifícios das Juntas de Freguesia, como sabem foram feitas transferências de competências, às vezes certas pessoas podem não entender, porquê que tendo a Junta de Freguesia de Ferreiras umas instalações relativamente novas, que não foram construídas de raiz, foram adaptadas de um edifício já existente, mas ficaram algo exíguas, nota-se perfeitamente quando acedemos ao interior, nota-se que não é muito funcional, pelo aquilo que vejo e não são muitas as vezes que lá fui. No entanto, com a transferência de competências que se aprovou há um mês, é natural que as Juntas de Freguesia



tenham necessidade de mais espaço, porque vão ter mais pessoas a trabalhar, têm muito mais competências, têm muito mais aspetos concursais a tratar, portanto é natural que haja mais necessidade de espaço. Cada vez mais, as pessoas necessitam de ter espaços mais abrangentes, para que se possa levar a bom porto a sua missão. Disse que estou inteiramente aberto a que haja negociações com a Junta de Freguesia da Guia, que já tínhamos falado há algum tempo, é uma situação mais premente, porque o edifício da Junta de Freguesia está numa zona interior, sem grandes condições e temos já solução de implantação, que seria relativamente fácil. Já alei com o Presidente da Junta e é uma situação de começar a falar dentro de relativamente pouco tempo, para identificar e estabelecer as regras do próprio edifício e ver a sua constituição. Relativamente à questão da Junta de Freguesia de Ferreiras, não quero estar neste momento a amputar já o protocolo, tirando espaços para a Junta de Freguesia, fica já coxo, já não há aquela área e podíamos estar aqui a pôr de alguma forma em causa o protocolo com o IIEFP. Acho que isso não deve acontecer, isso iria parecer uns remendos, uma dentada naquele espaço. Depois não faz falta só aquele espaço, é preciso ainda um outro e isso nunca mais chegávamos a bom porto e depois nem para uma coisa nem para outra. Daí ter dito que com certeza que estaremos abertos a discutir e a analisar uma situação semelhante à da Guia ou parecida. Agora é uma questão de discussão de definição de critérios, de definição de espaço, de definição daquilo que é o plano geral do edifício, é isso que temos de começar a trabalhar. Obviamente que demora tempo, até se definir, primeiro a localização, o projeto de arquitetura, demora algum tempo."-----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, era exatamente essa a questão, ou seja, não atrasar a assinatura e a aprovação do protocolo, porque segundo consta esteve parado um ano, infelizmente pelo que aconteceu ao nosso falecido Presidente. E o IIEFP tem todo o interesse, Ferreiras tem todo o interesse, Albufeira tem todo o interesse em que seja criado este polo de formação. De facto a questão que se colocou foi que, uma vez que era cedido e que havia paredes meias e portanto confinava com a Junta de Freguesia colocou-se esta questão. O senhor Presidente já referiu o facto daquelas instalações não terem as condições necessárias e portanto a questão que nós aqui colocamos é de se iniciar esse estudo e que eventualmente até ao final desta legislatura ou deste mandato se possa pelo menos ter uma noção, já não digo



construção ou o que quer que seja, mas pelo menos uma noção que a Freguesia de Ferreiras possa ter então um edifício num local depois a indicar."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Ainda hoje houve essa conversa com alguns membros do executivo da Junta e onde uma funcionária me disse assim: "estive aqui no tempo do senhor Fernando e a Câmara apresentou lá um edifício todo novo, que íamos ter uma Junta toda nova e a Câmara dizia que ia fazer e depois acabou por não fazer." Se vocês perguntarem a qualquer funcionário da Junta, que já esteve na outra e já esteve nesta Junta e eles dizem para se fazer a biblioteca onde está agora a Junta e deixem-no ir para o edifício velho, porque tinha mais condições, segundo o que elas dizem. Eu não estive lá, não sei, não posso constatar, isso é uma coisa que podem falar com as funcionárias. Se elas me dizem isso eu também transmito. E hoje disseram-me assim: "isso é mais uma promessa, porque o senhor Fernando apresentou aqui na Junta uma Junta nova e que a Câmara ia fazer e que ia acontecer isto assim, assim e depois viemos para aqui". Estamos aqui há menos de dois anos e já a Câmara teve de fazer obras porque não havia condições para estar lá e ainda bem que fez, senão ainda estava pior, não temos condições nenhuma, aquilo tem muita humidade, é um edifício velho, temos constantemente pessoas de baixa, com problemas respiratórios. As pessoas é que ainda não se aperceberam o que é que está ali naquela Junta. Se perguntarem aos serviços da Câmara que estiveram lá a fiscalizar a obra, eles podem dizer o que é que encontraram lá, aliás, temos uma porta que vai ser substituída porque a madeira apodreceu toda com a humidade. São factos que podem constatar. Isto é do edifício, já para não falar das outras condições que, na contabilidade precisávamos de duas secretárias, só temos uma, não cabe mais ninguém, estamos a falar de compartimentos muito pequeninos. Agora que vamos pegar no projeto, o projeto já está feito, pelo menos foi o que me disseram lá hoje, que apareceu um projeto na Junta, que a Câmara ia fazer um edifício novo."-----

Fernando Gregório: "Só para esclarecer, relativamente ao projeto, não foi a Câmara que fez o projeto. O projeto existe na Junta de Freguesia e foi apresentado à Câmara, há uns anos atrás e ficou pendurado. Nunca houve a possibilidade de iniciar a construção, nem de terminar o projeto. Foi um projeto que foi apresentado ao Presidente da Câmara da altura e o projeto existe na Junta de Freguesia, está lá o projeto, se quiserem pegar naquele projeto é um edifício bom e bonito e funcional e tem lá as coisas todas. É só pegar no projeto e analisá-lo e concluí-lo."-----



Francisco Oliveira: "Só para resumir a situação e dizer que a discussão deste ponto tem a ver com a cláusula quinta do protocolo e com aquilo que o IEFP se propunha, ou seja, há aqui uma disposição que diz que o IEFP permite a utilização de salas e do auditório e de todas as áreas à Câmara Municipal e às entidades públicas que assim o requererem. O próprio IEFP estava na disposição de ceder essa parte. A intenção não era atrasar a aprovação deste protocolo, era de facto fazê-lo avançar e nesse sentido se chegou a esta solução, por parte de certa maneira de uma conversa que se teve com o senhor Presidente que é preferível fazer um edifício novo a estar, no fundo a esperar mais cinco ou seis meses por um novo protocolo, a ser assinado, a ser alterado e nesse sentido, isto resume a questão da discussão que está aqui em causa."-----

Secretário da Junta de Freguesia de Paderne: "Boa noite a todos, é para dizer que Paderne faz parte do concelho e também merece alguns melhoramentos no edifício antigo."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta de celebração de um protocolo de cooperação com a Guarda Nacional Republicana, no âmbito da implementação e utilização de sistema de videovigilância no Município de Albufeira, para os anos de 2020-2023; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: dois (02) Miguel Pinheiro e Renato Pimenta. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto nos artigos 33.º, n.º 1, alínea a) e 25.º, n.º 1, alínea b) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para estabelecimentos comerciais e de restauração ou bebidas, para os meses de novembro e dezembro de 2019 e janeiro e fevereiro de 2020; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Miguel Pinheiro. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO CINCO

Tomada de conhecimento da " Proposta de Alterações ao Regulamento para Atribuição de Subsídio de Arrendamento do Município de Albufeira"; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Presidente da Câmara: "Chegou-me a informação da Dra. Carla Farinha, o concurso da avaliadora foi concurso público."-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 20:15 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 24 de Outubro de 2019 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____